



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES

PLANO REGIONAL ANUAL 2011
POLÍTICAS DE TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Assegurar a mobilidade de pessoas e bens com eficiência, rapidez e baixo custo é fundamental para o dinamismo económico de qualquer região e, por maioria de razão, para uma região insular e ultraperiférica onde a dispersão geográfica, a pequena dimensão das ilhas e dos respectivos mercados e o grande

afastamento dos mercados de referência constituem-se como constrangimentos permanentes.

Há que ter como objectivo a necessidade de uma mudança efectiva para políticas de transporte com melhor equilíbrio, sustentáveis, transparentes em todos os subsectores, potenciadoras da intermodalidade, privilegiadoras de medidas preventivas e orientadoras do sector em detrimento das medidas correctivas *a posteriori*. Em suma, para além de melhor gestão, impõe-se um melhor enquadramento dos projectos estruturantes para o desenvolvimento regional do sector e respectiva contribuição para o desenvolvimento socioeconómico da Região.

Impõem-se, pois, políticas de transportes capazes de conciliar níveis aceitáveis de mobilidade - praticamente nunca ou, pelo menos, nem sempre os desejáveis - com mais elevados níveis de eficiência, respondendo em simultâneo ao aumento constante da mobilidade e à pressão que tal, permanentemente, exerce sobre os meios de transporte, sem esquecer que este é um sector estruturante gerador de emprego e riqueza.

É certo que é difícil implementar políticas de transporte de carácter duradouro. Porém, mais difícil será se não formos capazes de, como afirma o Programa do X Governo Regional, "encarar os portos e aeroportos regionais como uma mais-valia e

não como uma mera consequência da nossa insularidade" e um peso para o plano de investimentos. Promover a sua utilização com maior eficiência, para além de ser nossa obrigação, é a única forma de responder, eficazmente, às solicitações que lhes são colocadas e de promover novas solicitações, também elas geradoras de riqueza.

Importa pois articular, num quadro estratégico de desenvolvimento, as dinâmicas de alteração de cada ilha, bem como a capacidade de reacção dos agentes económicos locais para marcarem o ritmo e o sentido das mudanças, sem esquecer, contudo, que o todo é maior do que a soma das partes ou seja, sem permitir que as pressões locais, embora por vezes legítimas, se sobreponham à definição e implementação de princípios e objectivos de melhoria da mobilidade e das condições de vida em geral.

Ninguém questiona o facto de que a evolução tecnológica dos transportes e das telecomunicações, aliada a práticas de boa gestão, introduziram mudanças profundas na vida moderna. Hoje é possível percorrer rapidamente enormes distâncias tornando-se, em muitos momentos do nosso dia-a-dia, o espaço omnipresente e o tempo insignificante. Porém, não tenhamos ilusões. Só acautelando o equilíbrio das opções com planeamento atempado e consensualizado com os agentes económicos, será possível

garantir aceitáveis níveis de mobilidade sem que estes, sustentáculo de muitas escolhas, se desvirtuem pela alteração do significado de proximidade, já que, como sabem V. Exas., Senhoras e Senhores Deputados, a distância absoluta nem sempre varia na razão directa dos tempos de ligação.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Importa pois que todos, repito, todos, nos oponhamos a que na nossa Região se implemente um grande centro "HUB" dedicado apenas a actividades de transbordo, porque não servindo este nenhum "hinterland" real funcionaria apenas como mais um centro de custos. O caminho certo, o caminho que sobrepõe o interesse colectivo ao particular, é, pelas mais-valias que daí podem advir para toda a cadeia logística, implementar e promover o funcionamento das infra-estruturas portuária e aeroportuária de Ponta Delgada como "Gateways Hubs" porque, estas, só estas, aliam a atractividade que oferecem no desempenho da sua função "HUB" com o estabelecimento de cadeias logísticas mistas capazes de racionalizar custos e consequentemente reduzir o esforço colectivo.

Não esqueçamos que nos cabe a nós, e só a nós Açorianos, a responsabilidade de projectarmos o nosso futuro colectivo e que, tal como não devemos dizer não apenas porque não, também não podemos apenas dizer sim apenas porque sim. Estou convicto de que sabemos o que queremos e que somos capazes de separar o trigo do joio, quando confrontados, por exemplo, com estudos que afirmam: "... as conclusões aqui descritas servem como mera orientação e não como meio seguro de actuação...".

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Um plano de investimentos no sector dos transportes não pode ser uma mera elencagem de projectos e acções. O carácter meramente indicativo de um plano de investimentos no sector dos transportes só faz sentido se a ele estiver associado, para o médio e longo prazo, um plano sustentado de desenvolvimento do sector, envolvendo toda a cadeia logística e respectivas redes de infra-estruturas, elaborado em estreita associação com o processo de desenvolvimento socioeconómico da Região, considerando os custos reais da cadeia logística, capaz de projectar o sector, dotado de uma estrutura permanente de gestão e de sistemas de informação fiáveis.

Porque pelos portos e aeroportos não circulam apenas inúmeros meios de transporte e fluem inúmeras mercadorias e passageiros, como também, com eles e através deles, se estabelecem intensas trocas de informação, à velocidade que os meios actuais de comunicação proporcionam, são estes, como já afirmei, imensos espaços reais e virtuais, cujos limites e propriedades vão muito para além dos das respectivas administrações, para se prolongarem por toda a comunidade de " players " envolvidos na actividade e aos quais, incluindo a administração pública, se exige funcionamento articulado para que, eliminando redundâncias e ineficiências, se atinjam níveis superiores de desempenho, próprios dos grandes centros logísticos.

Contudo, nada funcionará correcta e satisfatoriamente se relativamente ao sector público empresarial regional, refiro-me concretamente às empresas públicas directamente envolvidas na gestão de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias e/ou a sistemas de transporte, embora seja válido para todo o sector público empresarial, a Região, enquanto accionista, não se limitar apenas a nomear as administrações, a concertar e validar o plano estratégico, deixando aos administradores nomeados e só a estes a responsabilidade pela sua execução. Esta é, aliás, a única forma de lhes poder exigir responsabilidade.

Na sequência do referido plano sustentado de desenvolvimento do sector dos transportes, recentemente, o Governo Regional respondeu a três questões vitais para a sua implementação e, estou em crer, pretende que este tenha uma aceitável relação custo/benefício. Refiro-me à assinatura do acordo com os Estaleiros Navais de Peniche para a reactivação e reestruturação do Estaleiro da Navalcanal na Madalena, à construção nos portos comerciais de Região de estruturas fixas que permitam aos navios operarem com rampas de popa, generalizando assim o acesso ao sistema SLDS/"Stern Loading", e ao lançamento do concurso para a construção dos dois navios para operarem na única zona da Região onde, pela via marítima, há movimento estável e permanente de pessoas, o Canal Pico/Faial e o Triângulo. Teve ainda o Governo Regional o cuidado de assegurar que os dois novos navios não só respondam às necessidades presentes e futuras da zona a que se destinam, como garantam a operação, sem limitações, nos portos da Madalena e da Calheta de S. Jorge.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

É fundamental pois continuar a apostar nas acessibilidades, aéreas e marítimas, já que estas assumem um papel relevante no

processo de desenvolvimento da Região. Para além da aposta global nos sistemas de transporte, prosseguindo na melhoria da qualidade dos serviços, importa continuar a investir nas infra-estruturas aeroportuárias e portuárias da Região, modernizando-as e adequando-as a novos tráfegos e a novas necessidades. A débil economia açoriana não subsistirá se nos limitarmos a exigir aos operadores logísticos, esquecendo a nossa responsabilidade na implementação de investimentos racionais e práticas de boa gestão.

Com o objectivo de atingir tal meta o Plano Anual para 2011 prevê, para o desenvolvimento do transporte aéreo, um investimento total de 66.338.302 euros, sendo 31.528.302 euros do plano e 34.810.000 euros de outros fundos. Mantém-se o apoio ao serviço público de transporte aéreo inter-ilhas e os encargos inerentes à gestão dos aeroportos e aeródromos regionais, merecendo particular destaque a conclusão das obras do Parque de Combustíveis, Armazém de Carga e instalação do ILS no Aeroporto do Pico, a conclusão da ampliação, alargamento da pista e construção do aquartelamento de Bombeiros no Aeroporto de S. Jorge, a construção da Torre de Controlo e a demolição parcial do Morro junto ao Aeródromo do Corvo e a construção do aquartelamento de Bombeiros no Aeródromo da Graciosa.

Para a consolidação e modernização dos transportes marítimos, prevê o Plano Anual para 2011 um investimento de 64.607.884 euros, sendo 15.191.726 euros do plano e 49.416.158 euros de outros fundos, mantendo-se naturalmente o apoio ao transporte marítimo de passageiros e viaturas entre todas as ilhas do Arquipélago. Destacam-se ainda a construção do contra-molhe, reforço do actual molhe e os projectos do Terminal de Passageiros e do Núcleo de Recreio Náutico da Madalena, o projecto do reforço da cabeça do molhe do Porto Comercial de S. Roque do Pico bem como o respectivo projecto de reordenamento, a requalificação e reordenamento da Frente Marítima da Horta, o projecto de prolongamento do molhe cais do Porto das Velas, a reabilitação da cabeça do molhe e prolongamento do cais comercial do Porto das Lajes das Flores, a segunda fase do reordenamento da Baía de Angra e o respectivo projecto do Terminal de Cruzeiros.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Em termos de acessibilidades, estas obras, em algumas das principais infra-estruturas aeroportuárias e portuárias da Região, permitirão uma oferta de condições de base que, aliadas à implementação de práticas de boa gestão, garantem maior

competitividade e atractividade a par de melhores condições de operacionalidade e segurança. Fazer obra em prol do desenvolvimento económico dos Açores e da melhoria dos níveis de conforto e bem-estar dos Açorianos, como aliás eles muito bem reconhecem, é muito mais difícil do que apenas criticar mas, Senhoras e Senhores Deputados, dá muito mais gozo.

Tenho dito!

Horta, Sala das Sessões, 24 de Novembro de 2010

O Deputado Regional do PS: Lizuarte Machado